



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15825 - Resumo Expandido - Trabalho - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

EJA E JOVENS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: ELEMENTOS PARA APROFUNDAR O DEBATE

Regina Magna Bonifácio de Araújo - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
 Agência e/ou Instituição Financiadora: UFOP-PROPPI/PIBIC

EJA E JOVENS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: ELEMENTOS PARA APROFUNDAR O DEBATE

O presente trabalho traz em seu bojo elementos decorrentes da pesquisa *Juventude Encarcerada: elementos para entender a educação de jovens em privação de liberdade*. Essa é uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. A amplitude da proposta de pesquisa proporcionou o vínculo de pesquisadores em níveis distintos, o que reverberou na realização de outras pesquisas como uma de estágio pós-doutoral; uma de mestrado em nível dissertativo; duas de graduação em nível monográfico e uma de iniciação científica. Nesse sentido, há que se ressaltar que o compêndio de reflexões apresentado advém de esforços múltiplos e que se retroalimentaram no decorrer do processo. Durante os últimos 2 anos a equipe de pesquisa manteve encontros mensais que implicavam em abordar os caminhos da pesquisa, as ações empreendidas por cada pesquisador/a e as sistematizações. Em linhas gerais, foram organizados eventos no âmbito da universidade, publicados trabalhos em periódicos, feitas visitas e trabalhos de campo em unidades prisionais, bem como apresentações de trabalhos em eventos para além da universidade.

O objetivo central foi o de investigar, considerando a produção acadêmica, o modo como a oferta de ensino e formação profissionalizante é disponibilizado a jovens em privação de liberdade no âmbito estudado. A pesquisa, para além de sua importância no âmbito da academia, traz consigo a marca das convicções teóricas, sociais e culturais dos que nela se encontram engajados. Desta forma, ao investigar o processo educativo que envolve jovens em

privação de liberdade, parte-se do pressuposto que é salutar que os dados levantados em pesquisas sirvam como força capaz de promover intervenção na realidade social, seja nutrindo os agentes públicos de elementos concretos, seja promovendo a reflexão do coletivo social quanto aos fatores que ficam subsumidos pela desigualdade social e pelos estereótipos e estigmas outorgados às classes mais pobres.

Diante do exposto, é vital reforçar que não há qualquer tentativa de atenuação ou perdão de atos infracionais de jovens somente pelo fato de serem pobres, quem cometeu seu erro deve arcar com a responsabilidade dele decorrente. Todavia, na mesma medida, é precípua o reconhecimento desses sujeitos como sujeitos de direito e nesse âmbito o direito à educação é um dos mais importantes, quiçá o mais importante, em seu processo de ressocialização. Em oposição a uma política de encarceramento irrestrito de jovens negros, pobres e periféricos como sendo a saída para a diminuição da violência social, o caminho entendido como profícuo perpassa por considerar que tais sujeitos tenham acesso aos seus direitos fundamentais, dentre eles o acesso à educação, como forma de inserção social, que permita a ocupação de lugares que funcionalmente garantam o direito a uma existência digna.

Metodologicamente a pesquisa se estabelece como uma metapesquisa, ou seja, uma “pesquisa sobre pesquisas” (Mainardes, 2021, p.19) no campo das políticas educacionais voltadas para a EJA. O trabalho tinha, inicialmente, o foco em pesquisas já desenvolvidas na área a partir dos anos 2000 e a busca por sintetizar e analisar o que havia de conhecimento produzido. O interregno proposto, entre o ano 2000 e os dias atuais teve que ser alterado, tendo em vista que os dados atinentes a tais pesquisas, entre os anos 2000 e 2012, já havia sido sistematizado por Maria Aparecida Zanetti e Roberto Catelli Júnior (2014) em seu texto “Notas sobre a produção acadêmica acerca da Educação em Prisões – 2000/2012”.

Desta feita, o recorte temporal da presente pesquisa passou a ser a década compreendida entre 2013 e 2023. Definido o recorte temporal, o caminho metodológico passou a ser a determinação de quais bases seriam usadas. Com o foco em ampliar a capacidade de acesso aos trabalhos, a busca perpassou por angariar dissertações e teses, trabalhos em congressos de maior relevância e artigos científicos, dada sua natureza de maior acessibilidade dos interessados. Foram estabelecidas as seguintes bases de dados: 1) Catálogo de teses e dissertações da CAPES – por congregar todo o conjunto de trabalhos acadêmicos, de universidades públicas ou privadas, desenvolvidos no Brasil; 2) O conjunto de trabalhos da ANPED por se tratar da associação nacional de pesquisadores que se dedicam à área da educação; 3) Plataforma SCIELO, por representar a maior biblioteca digital de trabalhos acadêmicos do país e pela sua condição como *locus* de maior publicidade de tais trabalhos.

No Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, após realizarmos o recorte específico e considerando apenas investigações realizadas em presídios, selecionamos ao todo 13 pesquisas, sendo 12 delas dissertações de mestrado e apenas uma tese de doutorado realizada no espaço de 10 anos. Foram encontradas 5 dissertações de mestrado publicadas em

2 instituições federais, 2 privadas e 1 estadual. Os estados contemplados foram Rondônia, Minas Gerais, São Paulo e Amazonas. Já investigações que tomaram o Sistema Socioeducativo como *locus* da pesquisa, vemos uma produção maior concentrada em instituições federais de ensino nos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Amapá, sendo também 7 dissertações e 1 tese de doutorado.

O quantitativo de artigos acadêmicos publicados e encontrados durante a pesquisa dão, em alguma medida, a tônica da área. Em se tratando de pesquisas que abordam a EJA e sua oferta e garantia a jovens em privação de liberdade, podemos dizer se tratar de um número inexpressivo. Nos eventos nacionais da Anped a mesma ausência: sete trabalhos foram apresentados em 10 anos e, desses, apenas um discutia a educação de adolescentes e jovens encarcerados. Uma análise precipitada poderia levar a entender ser esta uma área que não promove um maior interesse de pesquisadores, embora seja permitida também uma análise que implique em reconhecer os problemas advindos ao se propor pesquisar tal área, pela sua complexidade, pelo imaginário social estereotipado e uma conseqüente falta de prestígio. Os jovens, apesar de sua presença considerável nos dados estatísticos, como agressores e como vítimas, não são naturalmente violentos, não se trata de uma característica inata. Fatores vários têm influência nesse contexto, que precisa ser compreendido e tomado como base para ações, educativas ou de outra natureza, que possam dar sentido às vidas desses jovens, privados ou não de liberdade

A EJA, ainda hoje, se apresenta como um campo complexo e multifacetado, se levarmos em consideração os diferentes espaços e territórios onde ela pode estar presente. Reconhecemos as especificidades que essa modalidade adquiriu nas últimas décadas e, dessa forma, lançando novos desafios a quem se insere nesse espaço seja como educador/a, gestor/a ou pesquisador/a. A EJA ofertada no sistema prisional e socioeducativo não é diferente. E, um dos maiores desafios está no diálogo que a EJA precisa recuperar ou (re)construir com a Educação Popular e com os Direitos Humanos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Sistema Prisional; Sistema Socioeducativo, Educação nas Prisões.

REFERÊNCIAS

Mainardes, J.(Org.). *Metapesquisa no campo da política educacional*. Curitiba: CRV, 2021.

Zanetti, M. A.; Catteli Jr. R. Notas sobre a produção acadêmica acerca da educação em prisões – 2000-2012. In Pereira, I. A.; Asinelli-Luz, A. (Orgs.) *O Espaço Prisional – Estudos, pesquisas e reflexões de práticas educativas*. Curitiba: Appris, 2014.